

Técnicos dizem desconhecer pacote

Técnicos da assessoria econômica e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no Ministério da Fazenda, asseguram que não estão trabalhando em conjunto com o Gabinete Civil e o Ministério do Trabalho, dirigidos pelo ministro Ronaldo Costa Couto, na elaboração de medidas de impacto anunciadas pelo ministro, que incluíam um processo de desindexação da economia e mudanças no atual sistema de reajuste salarial. Há entre os técnicos da Fazenda, total desconhecimento das propostas que serão levadas pelo Governo na próxima reunião dos dirigentes do pacto social, no dia 11.

Ontem, primeiro dia útil do ano, a maioria dos técnicos da STN, inclusive o secretário Luiz Antonio Gonçalves, não retornara

a Brasília depois das festas de final de ano. Na assessoria econômica os técnicos alegavam que esta estava parada, praticamente sem trabalho. E muitos, em ambos os setores do Ministério da Fazenda, apostavam que o ministro Mailson da Nóbrega, não fica mais do que um mês no cargo. "Com tanta coisa rolando e um pacote de verão sendo anunciado — disse um deles — o fato de o ministro da Fazenda passar os feriados em Santa Catarina é típico de quem está alijado do processo".

A maioria dos técnicos do Ministério acredita ser muito difícil que empresários e trabalhadores aceitem a proposta de prefixação da inflação em 15% em janeiro como passo inicial do processo de de-

sindexação. A resistência maior seria da parte dos trabalhadores, pelo temor de perder o reajuste salarial (URP), que embora provoque perda real do poder aquisitivo, assegura aumentos mensais. Todos concordam, porém, que se aceita a proposta há condições reais de baixar a inflação. Além disso, o Banco Central teria condições de praticar uma política monetária mais apertada garantindo ganhos reais no over. O temor maior dos técnicos é o de que o governo provoque um grande arrocho nos salários dos servidores públicos do tipo adotado pelo ex-ministro Delfim Netto em 1983. Por este sistema os reajustes eram semestrais e só eram reajustados pelo total acumulado da inflação no período, para servidores que ganhavam até cinco salários.